

A. I. Nº - 088502.0014/10-4
AUTUADO - RODALEVE N VEÍCULOS LTDA.
AUTUANTE - ANTÔNIO ANIBAL BASTOS TINÔCO
ORIGEM - INFRAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 05.05.2011

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0101-01/11

EMENTA: ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE PAGAMENTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS. a) DESTINADAS AO ATIVO FIXO DO ESTABELECIMENTO. b) DESTINADAS AO CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Para efeito de pagamento da diferença de alíquotas, ocorre o fato gerador do ICMS no momento da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou ativo permanente do próprio estabelecimento (art. 4º, inc. XV, da Lei nº 7.014/96). Quanto ao primeiro item do lançamento, a infração restou caracterizada. No que tange ao segundo item, o autuado comprovou o recolhimento de parte do débito antes do início da ação fiscal, o que torna a infração parcialmente caracterizada. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração não contestada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 30/09/10, para exigir ICMS, no valor de R\$ 8.104,69, em razão das seguintes irregularidades:

- 1- Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento, nos meses de maio a agosto e outubro de 2005 e junho de 2006. Lançado imposto no valor de R\$ 5.320,65, acrescido de multa de 60%.
- 2- Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao uso e consumo do próprio estabelecimento, nos meses de junho, agosto a outubro e dezembro de 2005, janeiro a junho, agosto e outubro a dezembro de 2006, março a maio e julho a dezembro de 2007. Foi lançado imposto no valor de R\$ 1.671,88, acrescido de multa de 60%.
- 3- Efetuou recolhimento a menos do ICMS devido por antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e/ou do exterior relacionadas nos Anexos 88 e 89 [do RICMS-BA], nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. Foi lançado imposto no valor de R\$ 1.112,16, mais multa de 60%.

O autuado apresenta defesa (fls. 493 a 496) e, referindo-se à infração 1, afirma que com base no art. 7º, inc. IV, do RICMS-BA, não é devido o pagamento do ICMS referente à diferença de alíquotas. Solicita que esse item do lançamento seja cancelado.

No que tange à infração 2, assevera que não houve falta de recolhimento de ICMS referente à diferença de alíquotas, conforme comprovam as fotocópias de DAEs (fls. 497 a 499) de notas fiscais

(fls. 501 a 505) e de demonstrativos (fls. 506 e 508). Menciona que não utilizou os créditos destacados nas notas fiscais e nem os valores pertinentes ao diferencial de alíquotas, tendo sido as notas fiscais devidamente registradas no seu livro Registro de Entradas. Diz que não agiu com dolo, fraude ou simulação. À fl. 504, consta uma planilha com os recolhimentos do ICMS referente à diferença de alíquota das notas fiscais trazidas na defesa. Solicita que esse item do lançamento seja cancelado.

Ao finalizar sua peça defensiva, o autuado solicita que o Auto de Infração em comento seja julgado procedente em parte.

Na informação fiscal, fls. 512 e 513, o autuante, após historiar o processo, diz que a dispensa de recolhimento do ICMS referente à diferença de alíquotas previsto no art. 7º, inc. IV, do RICMS-BA, não ampara a operação relacionada na infração 1, pois a atividade econômica do autuado não se enquadra em nenhuma das hipóteses ali discriminadas. Às fls. 521 a 523, o autuante acosta fotocópia de páginas do RICMS-BA.

No que tange à infração 2, afirma que assiste razão ao impugnante em relação aos meses de novembro e dezembro de 2007, quando diz ter sido efetuado o recolhimento dos valores devidos, comprovados pelos DAEs acostados às fls. 497, 498 e 499. Afirma que qualquer discrepância entre os valores apurados e os pagos, para esses meses, é fruto de erro no decorrer da auditoria. Salienta que os débitos referentes aos meses e março, abril, maio, julho, agosto e setembro de 2007, bem como os atinentes aos exercícios de 2005 e 2006 permanecem inalterados, já que não existe comprovação de pagamento para eles.

Ao finalizar a informação fiscal, o autuante solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte, com as reduções constantes nos demonstrativos anexados às fls. 514 a 520.

Após apreciação em pauta suplementar, a 1ª JF decidiu, por unanimidade, que o processo está em condições de julgamento, considerando os elementos existentes nos autos.

Às fls. 526 a 528, constam extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) referente ao pagamento do valor cobrado na infração 3.

VOTO

Inicialmente, ressalto que, com base nos princípios do informalismo e da celeridade processual, não vislumbrei razão para converter o presente processo em diligência, para que fosse entregue ao autuado cópia dos documentos de fls. 514 a 523, pois:

- os demonstrativos de fls. 514 a 520 são referentes à exclusão dos débitos dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007, tendo o autuante acolhido todos os comprovantes de pagamentos apresentados na defesa, em conformidade com o demonstrativo apresentado pelo próprio autuado à fl. 500;
- o documento de fls. 521 a 523 é simples fotocópia de páginas do RICMS-BA, não havendo, assim, razão para dar conhecimento ao autuado.

As infrações 1 e 2 tratam da falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo permanente (infração 1) e ao uso e consumo do próprio estabelecimento (infração 2).

Para efeito de pagamento do ICMS decorrente da diferença de alíquotas, ocorre o fato gerador do imposto no momento da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou ativo permanente do próprio estabelecimento, nos termos do art. 4º, XIV, da Lei nº 7.014/96.

Quanto à infração 1, a irregularidade imputada ao autuado está embasada nos demonstrativos de fls. 76/78 e 86/87, os quais estão acompanhados de fotocópia das respectivas notas fiscais. Em sua defesa, o autuado afirma que os valores lançados não são devidos por força do disposto no art. 7º,

inc. IV, do RICMS-BA.

Prevê o disposto no art. 7º, inc. IV, do RICMS-BA, com a redação vigente à época dos fatos, que não é devido o pagamento da diferença de alíquotas, nas aquisições de bens destinados ao ativo permanente e de materiais de uso e consumo realizadas por:

- a) produtores ou extratores não equiparados a comerciantes ou a industriais;*
- b) contribuintes enquadrados no regime de apuração em função da receita bruta;*
- c) transportadores que tenham optado pelo crédito presumido de que cuida o inciso XI do art. 96, condicionado ao não-aproveitamento de créditos fiscais relativos a operações e prestações tributadas;*
- d) contribuintes dispensados de escrituração fiscal;*
- e) revogada*

Conforme o extrato do INC – Informações do Contribuinte acostado à fl. 7, o autuado é uma empresa inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia na condição de “Normal”, tem como atividade o ramo de “Comércio a varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários novos” e apura o imposto devido por meio de conta corrente fiscal. Assim, o autuado não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no inciso IV do artigo 7º do RICMS-BA que o dispensasse do pagamento do ICMS decorrente da diferença de alíquota nas aquisições de bens destinados ao seu ativo permanente e, portanto, a infração em tela subsiste integralmente.

A infração 2 está fundamentada nos demonstrativos de fls. 94/96, 111/114 e 132/135, os quais também estão devidamente acompanhados de fotocópia das respectivas notas fiscais. Em sua defesa, o autuado afirma que não houve falta de recolhimento do imposto cobrado, conforme DAEs, notas fiscais e demonstrativos que apresenta. Ao prestar a informação fiscal, o autuante acolhe todos os comprovantes de recolhimentos apresentados na defesa, refaz a apuração do imposto e exclui da infração 2 os débitos referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007, conforme os demonstrativos de fls. 517 a 520.

Acolho as exclusões efetuadas pelo autuante na informação fiscal, pois os DAEs de fls. 497, 498 e 499 comprovam o recolhimento do imposto cobrado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007 antes do início da ação fiscal. Dessa forma, ficam excluídos da infração 2 os débitos referentes aos meses de ocorrência de outubro, novembro e dezembro de 2007 e, em consequência, a infração em comento subsiste parcialmente no valor de R\$ 1.426,98.

A exigência fiscal referente à infração 3 não foi abordada na defesa, porém o autuado efetuou o pagamento do valor lançado. Não há, portanto, lide em relação a esse item do lançamento e a infração está caracterizada, devendo ser homologado o pagamento efetuado.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, para julgar as infrações 1 e 3 procedentes, e a infração 2 procedente em parte.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **088502.0014/10-4**, lavrado contra **RODALEVE N VEÍCULOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.859,79**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” e “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de abril de 2011.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR